



**Notas sobre a influência de Bordieu, Elias e Foucault
nas abordagens de História da Saúde**

Daiane Silveira Rossi*

Resumo: A partir das discussões na disciplina “História, Poder e Cultura” do Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, surgiu a inquietação de compreender de que maneira teóricos estudados tiveram influência na Nova História Cultural e de que maneira a pesquisa para a dissertação poderia ser incrementada a partir dessas teorias. Por isto, este artigo está dividido em duas partes. Na primeira se fará uma breve abordagem da influência dos teóricos Pierre Bourdieu e Norbert Elias para a História Cultural. A segunda parte consistirá em apresentar as teorias de Michel Foucault e contextualizá-las, junto com os demais teóricos, as abordagens de História da Saúde na atualidade e exemplificar com alguns temas da dissertação de mestrado.

Palavras-chave: História da Saúde; História Cultural; Sociólogos;

Abstract: From the discussions in the discipline "History, Power and Culture" in the Master Program of Graduate Studies in the History of the Federal University of Santa Maria, emerged the restlessness of understanding how the great theorists studied influenced the New Cultural History and how to research for the dissertation could be increased from these theories. Therefore, this article is divided into two parts. At first it will make a brief overview of the influence of theorists Pierre Bourdieu and Norbert Elias for Cultural History. The second part will consist in presenting the theories of Michel Foucault and contextualize them, along with other theories, approaches the History of Health today and exemplify with some themes of the dissertation.

Keywords: History of Health; Cultural History; sociologists

* Mestre em História pela UFSM. Contato: daisrossi@gmail.com



Introdução

Ainda hoje debater a respeito da História Cultural é um assunto complexo, mesmo que esta corrente historiográfica tenha sido redescoberta ainda na década de 1970. Fato que leva a esta conclusão advém da indagação do historiador Peter Burke, ao escrever, em 2004, um livro denominado “*O que é história cultural?*”, no qual visou delinear os conceitos apropriados por esta “nova historiografia” através da resposta ao seu título e da explicação sobre o que os historiadores culturais se dedicam, apontando diferenças, conflitos e o que há em comum entre eles.

Décadas antes de Burke, em 1989, a historiadora Lynn Hunt escreveu o livro “*A nova História Cultural*”, a qual pode ser considerada como uma das pioneiras nessa delimitação do campo da História Cultural. Neste que se tornou uma das maiores referências na área, Hunt reuniu oito ensaios que seriam exemplos de como se escreve sobre essa percepção de História. Na introdução, definiu três aspectos que davam sentido para essa nova tendência. Primeiramente, propôs um modo inédito de analisar as trocas simbólicas e o social, através de um olhar sobre as representações, práticas e linguagens. Em segundo lugar, destacou novas aproximações entre os historiadores e outras áreas do conhecimento, como antropologia e ciências sociais, através de uma maneira diferenciada de olhar para os documentos. Ou seja, uma aproximação para colaborar numa percepção de ritos simbólicos dos comportamentos individuais e coletivos. Por último, demonstrou uma história feita muito mais por estudos de caso, do que pelas totalidades, sendo isto determinante numa mudança metodológica na análise do historiador.

Também na perspectiva de um diálogo mais próximo com outras áreas do conhecimento, o historiador Roger Chartier contribuiu para o aprimoramento dos estudos sobre História Cultural. Chartier escreveu no mesmo contexto de Lynn Hunt, a década de 1980, porém seu primeiro livro sobre o tema foi lançado em 1990, sob o título “*A História Cultural: entre práticas e representações*”. Neste trabalho também fez uma defesa da História Cultural, afirmando o quanto ela seria relevante para que se pudesse compreender melhor o modo como a realidade social é construída. Para isto, Chartier voltou-se à vida social, analisando suas representações nos diferentes espaços e tempos. Uma das principais contribuições deste livro, que, posteriormente, foram debatidas em outros trabalhos, são os conceitos de prática, apropriação e representação. Estes são utilizados para um novo olhar



sobre o discurso histórico, através da interpretação dos documentos que são objetos do historiador.

Para a elaboração destes conceitos, Chartier inspirou-se em historiadores como Pierre Bourdieu, Paul Ricoeur, Norbert Elias, entre outros. Neste sentido, o objetivo deste ensaio foi buscar, nestes autores, as influências que estiveram presentes na elaboração das bases conceituais para a História Cultural. Além disso, como exemplo de uma análise dentro deste campo, buscou-se compreender os estudos de História da Saúde através dos conceitos elaborados por Bourdieu, Elias e Foucault.

As bases dos conceitos da Nova História Cultural

Para entender as bases da Nova História Cultural deve-se antes compreender a influência da antropologia neste campo, ao que Burke (2008) denominou “virada antropológica” dos anos 1960 a 1990. Muitos historiadores passaram a frequentar seminários de Antropologia, o que resultou no conhecimento do termo cultura com sentido mais amplo, passando a ser empregado como “culturas”, designando uma “história cultural de tudo: sonhos, comida, emoções, viagem, memória, gesto, humor, exames e assim por diante” (BURKE, 2008, p. 46). A expansão da compreensão de cultura propiciou explicações culturais para desde temas do cotidiano, até fenômenos econômicos, perpassando pelo mundo político e das revoluções.

Um antropólogo de grande influência foi Clifford Geertz, com sua “teoria interpretativa da cultura”, através de uma “descrição densa”, elaborando sua própria concepção de cultura.

Cultura é um padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas de formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida (GEERTZ *apud* BURKE, 2008, p. 52).



Geertz discutiu sobre este conceito ao analisar a cultura balinesa através das brigas de galo, tratando-as como um texto, uma prática cultural.

O crescente interesse dos historiadores pela Antropologia pode ser explicado por alguns fatores: busca de uma alternativa para vincular sociedade e cultura, sem que uma reduzisse a outra; preocupação em estudar as culturas populares; amplo conceito de cultura utilizado pelos antropólogos, vinculado a estudos dos símbolos sociais, permitindo analisar a vida cotidiana sob este ângulo – sendo esta um dos principais legados da “virada antropológica”.

Além da influência da Antropologia, a Nova História Cultural busca inspirações em alguns teóricos. Focalizou-se neste artigo apenas Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Michel Foucault.

Primeiramente, abordou-se Norbert Elias, pois a releitura de sua obra, que data da década de 1930, tornou-se a base para novas pesquisas com temas relacionados à história das comunidades, identidades e da cultura material, por exemplo. Dentro destes estudos, dois conceitos elaborados por Elias influenciaram muito nas análises sobre costumes e vida cotidiana: civilização e processo civilizador.

Para Elias, o processo civilizador constitui uma mudança a longo prazo na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica. No entanto, reconhece que pessoas isoladas no passado não planejaram essa mudança, essa civilização, pretendendo efetivá-la, gradualmente, por meio de medidas conscientes, racionais e deliberadas ao longo de séculos.

O processo civilizatório que Elias analisou está relacionado ao equilíbrio entre os interesses individuais e os coletivos na sociedade, produto do que chamou de “cultura do autocontrole”. Dessa forma, dirigiu sua análise para a história dos modos à mesa, com o objetivo de demonstrar o autocontrole ou controle sobre as emoções. Afirmava que não escrevia sobre cultura, mas sobre civilização. Ou seja, pesquisava a respeito da “superfície da vida humana” e não sobre suas profundezas (ELIAS, 1994).

O sociólogo Norbert Elias, através de seus estudos, deixou um legado que foi retomado pelos historiadores culturais a partir dos anos 1960, através da retomada da



preocupação de estudar “cultura” (literatura, música, filosofia, etc) e a civilização (arte da vida cotidiana).

Sobre as teorias de Norbert Elias, aponta-se para as questões que envolvem o “processo civilizador”. Ao se debruçar sobre a saúde durante a segunda metade do século XIX, por exemplo, percebe-se o movimento higienista como um novo ideal, sendo uma de suas preocupações a saúde. Este era um dos objetivos do higienismo brasileiro, que consistia no estabelecimento de normas e hábitos para conservar e aprimorar a saúde coletiva e individual, sobretudo em momentos de crises epidêmicas. Este movimento fez parte de um contexto maior, o qual consistia em compreender o curso das transformações gerais da sociedade que ocorreram na longa duração e na direção de um processo de civilização, durante o século XIX. Ou seja, em uma tentativa de organizar, através de regulações, a vida cotidiana. Exemplo disto foi a legislação das Câmaras Municipais, pensadas a partir da instalação do Império no Brasil com o objetivo de criar um regimento próprio ao legislativo, prevendo suas funções e ordenamentos. Deste conjunto de regras, fazia parte as normas para a elaboração das Posturas Municipais, cujo objetivo central era burocratizar as municipalidade e, sobretudo, normatizar o espaço público¹.

Outro teórico que ganhou grande espaço entre os historiadores culturais foi o filósofo e sociólogo Pierre Bourdieu. Há conceitos de grande relevância que foram elaborados por ele, tais como: campo, habitus e capital; os quais têm como ponto central uma relação de mão dupla entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do habitus).

O campo, por exemplo, pode ser distinguido em campo literário, linguístico, artístico, intelectual ou científico. Definido como o espaço no qual ocorrem às relações entre os indivíduos e grupos, sendo um espaço dinâmico, de trocas. Ou, ainda, conforme a interpretação de Peter Burke, “refere-se a um domínio autônomo que, em dado momento, atinge a independência em uma determinada cultura e produz as próprias convenções culturais” (BURKE, 2008, p. 76).

Ainda referente às relações entre os indivíduos, destaca-se o conceito de capital, o qual discute o acúmulo de forças dos agentes em suas posições no campo. O capital pode ser

¹ Sobre a regulação da vida cotidiana através das Posturas Municipais ver II capítulo de ROSSI, 2015.



diferenciado entre: econômico, cultural, social e simbólico. Entre eles, os agentes que o possuem atuam em função da sua posição no espaço social, que pode ser alterada conforme o acúmulo de “forças” que adquirem. Suas posições dependem de duas dimensões: a primeira, de acordo com o volume global de capital que possuam e, a segunda, de acordo com a estrutura de seu capital, isto é, “de acordo com o peso relativo dos diferentes tipos de capital, econômico e cultural, no volume global de seu capital” (BOURDIEU, 1996, p. 19).

As relações entre campo, habitus e capital fazem parte da teoria da prática de Bourdieu, a qual se pode dizer que tem grande influência nos historiadores culturais e sociais. Conceitos como representações e práticas foram à base da teoria de Roger Chartier, por exemplo. As práticas configuram um novo paradigma da história cultural, pois novos objetos passaram a ser explorados, como por exemplo: estudam-se, a partir de então, “história das práticas religiosas, não da teologia; história da fala, não da linguística; história do experimento e não da teoria científica” (BURKE, 2008, p. 78).

Foi dentro dessa perspectiva de novos objetos que a História da Saúde conquistou um espaço maior entre os historiadores a partir da década de 1960, conforme será abordado no próximo tópico.

A influência dos sociólogos nas abordagens de História da Saúde

Dentro das novas abordagens que a revisão da historiografia proporcionou com a Nova História Cultural, a História da Saúde incluiu-se neste campo. Sobretudo, depois dos anos 1960, quando ela mesma se reformula e outros pesquisadores, além dos médicos e memorialistas, passam a estudá-la.

Michel Foucault, nas décadas de 1970 e 1980, foi o mais expressivo combatente do que se chamou de “medicina heroica”, ou seja, aquela escrita, sobretudo, por médicos que exaltavam os agentes que se preocuparam com a saúde da população, garantindo que foi graças às ações deles que se atingiram melhores níveis de salubridade. Embora atualmente receba fortes críticas, não se pode descartar a influência de Foucault no que diz respeito a uma reformulação dessa área de pesquisa.



Foucault fez parte de uma geração de historiadores e sociólogos franceses que passou a incorporar, na análise da atuação da medicina, a compreensão das esferas de poder na sociedade bem como a carga repressiva que impregnava a ação dos médicos. Nesse período, em que a historiografia francesa une a história demográfica à história da medicina e das doenças, o próprio Foucault, embora não fosse historiador, reconstrói o conceito de medicina social, justificando-o através de uma medicina urbana e contrapondo o que já havia sido elaborado por Rosen em *História da Saúde Pública* (e, posteriormente, aprofundado em *Da Polícia Médica à Medicina Social*).

Foucault, ao explorar a medicina social, determinou três etapas para a sua formação. A primeira corresponde à “medicina do Estado”, que se desenvolveu na Alemanha, no início do século XVIII, onde houve o princípio da intervenção estatal na saúde, através do desenvolvimento de uma prática médica centrada na melhoria do nível de saúde da população. À segunda etapa referiu-se à “medicina urbana”, desenvolvida na França no final do século XVIII. Nesse segundo conceito, o autor atribuiu à formação da medicina social como um fenômeno oriundo da urbanização, ou seja, da necessidade de organização das cidades como uma unidade. Através da preocupação com a higiene pública dos ambientes, por meio de uma fiscalização dos locais de amontoamento, chamados “cemitérios”, controle da circulação de água e ar e organização dos espaços de distribuição dos esgotos. Por fim, referiu-se à “medicina da força do trabalho”, que surgiu na Inglaterra no século XIX, com o objetivo de controlar a saúde e o corpo dos trabalhadores, a fim de torná-los aptos ao trabalho e menos perigosos como vetores de doenças à população mais rica (FOUCAULT, 2004).

Embora Foucault tenha aprimorado o conceito de medicina social já desenvolvido por Rosen na década de 1950, cabem algumas ressalvas a este teórico utilizado como uma grande referência entre os pesquisadores da história da medicina até os anos 1980 e posteriores. A partir da década de 1990, artigos de uma nova geração de historiadores tem criticado a forma com que Foucault analisa a sociedade sob o viés do controle social para compreender o pensamento médico e a constituição do Estado brasileiro. À aplicação deste “modelo” teórico faltaria base empírica, visto que se baseava em uma realidade macro, generalista, que desconsiderava as particularidades que podem ser percebidas a partir de uma análise microanalítica. Por exemplo, Machado (1978), partindo das teorias de Foucault, afirmou que a partir da criação da Junta Central de Higiene Pública, em 1850, o poder das Câmaras



Municipais se esfacelou. Entretanto, analisando o próprio caso da pesquisa que foi desenvolvida na dissertação de mestrado em História da Universidade Federal de Santa Maria, percebe-se que a Câmara Municipal de Santa Maria inclusive ganhou forças na segunda metade do século XIX, por exemplo, através da laicização da administração dos cemitérios municipais. Não é o objetivo de este artigo criar outro modelo generalizante, pelo contrário, mas destacar que se existem processos históricos distintos, esta aplicação de modelos historiográficos não é satisfatória para este caso.

Por outro lado, um sociólogo que favorece um olhar mais direcionado a estas realidades micros, embora não aborde estes conceitos em suas teorias, é Pierre Bourdieu. Suas análises sobre campo e capital social, por exemplo, colaboraram para direcionar o olhar sobre a trajetória de algum personagem dentro do estudo de um campo específico.

Para Bourdieu (1996), o campo significou um sistema de posições, sendo que quem ocupa essas posições são os agentes, definidos por regras estabelecidas pelo campo que está inserido. Este sistema também pode ser entendido como uma rede composta por relações objetivas entre os sujeitos envolvidos. “Um campo é concebido, assim, como um espaço social multidimensional de relações sociais entre agentes que compartilham de interesses em comum (...), mas que não dispõem dos mesmos recursos e competências” (MELLO, 2012, p. 02).

A chave que dá conta da estrutura e do funcionamento do campo trata-se do capital. Dependendo do tipo de campo, tem-se uma forma de capital: econômico, social, cultural, religioso, simbólico. Nos estudos seus estudos, Bourdieu, enumerou vários desses tipos. Para este artigo, restringiu-se apenas ao conceito de campo e capital social, o qual se pode utilizar para compreender o campo médico, sendo esta uma das formas de interpretarmos a história da saúde. Bourdieu (1998, p. 67), definiu o capital social da seguinte forma.

Conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis.



Sendo assim, entende-se que este capital foi configurado através de relações que compõe um grupo. Eles podem ou não estarem próximos no espaço geográfico, econômico ou social, mas, necessariamente, fundam-se a partir de trocas materiais e simbólicas que os unem através de uma rede. Neste sentido, a base do capital social, que um determinado sujeito possui, está na sua habilidade de constituir sua rede e em sua extensão. Por isto, está diretamente relacionado à noção de estratégia, haja vista que elas são uma das formas de construir as relações. Sendo assim, as estratégias destinam-se a modificar relações cotidianas – como as entre família, vizinhos, emprego – em relações necessárias e eletivas, incluindo-se sentimentos de reconhecimento e respeito.

No caso da história da saúde, esta noção de campo e capital social serve para compreender o processo de consolidação do campo médico, que, como se sabe, não se deu de forma natural ao longo do século XIX e início do XX, mas envolveu uma série de complexidades envolvendo diferentes atores sociais, como profissionais médicos diplomados, curandeiras, charlatões, políticas públicas e uma nova legislação pós-instauração da República no Brasil².

Como exemplo disto, destaca-se a trajetória do médico Astrogildo César de Azevedo na cidade de Santa Maria a partir de 1890. Olhando para este personagem, pode-se perceber que logo que se instalou em Santa Maria, com o objetivo de clinicar, em 1890, no ano seguinte já ocupa um cargo político e firma casamento. Analisando este caso sob a perspectiva das teorias de Bourdieu, podem ser inferidas algumas colocações.

Os médicos já estavam em um processo de firmação enquanto “grupo social” durante a virada do século XIX e XX no Brasil, mesmo que não consolidado. Astrogildo foi formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e seguiu a trajetória da maioria de seus colegas: acumulou como cargo, além de médico, a política. Além disso, aelite médica já possuía um prestígio na cidade, a partir do “capital social” estabelecido pelo Dr. Pantaleão (primeiro santa-mariense diplomado médico, que clinicava na cidade desde a década de 1870) que foi considerado o “padrinho” de Astrogildo em Santa Maria. Os dois chegam a, inclusive, clinicar juntos logo que ele chegou à cidade. E, inclusive, Astrogildo casou-se com a filha de Pantaleão, Aurea.

² Mais detalhes sobre este processo ver em: WEBER, 1999.



A partir da influência que Pantaleão possuía, sendo que este além de médico participava ativamente da política do município, logo Astrogildo angariou cargos políticos, visto que um ano após sua chegada já faz parte da Comissão Intendencial e foi eleito para o 1º Conselho Municipal, em 1891. Com intensa participação na política e exercendo a medicina, Astrogildo de Azevedo estabeleceu seu próprio “capital social”, utilizando-se de estratégias carismáticas – através do contato direto da população como médico e do contato mais íntimo com a elite santa-mariense através da política – o que lhe garantiu um forte prestígio local. Afinal, chegou a ser intendente municipal na década de 1910 e fez parte, como presidente, da Sociedade santa-mariense de Medicina, a qual deu origem ao primeiro hospital do interior do Rio Grande do Sul, ainda nos primeiros anos do século XX.

Através das posições estabelecidas por Pantaleão e Astrogildo, destacados médicos do final do século XIX e início do XX em Santa Maria, pode-se afirmar que se constituiu na cidade um “Campo Médico” com muita influência, pois a partir deles muitos outros médicos, no decorrer do século XX, passam a atuar na política local. Ambos foram pioneiros na afirmação deste campo no local, pois, conforme Nikelen Witter (2001), a preferência dos santa-marienses no que dizia respeito às práticas de cura era pelos práticos, homeopatas ou curandeiros, ficando os diplomados em última instância. Fato que se modifica a partir da década de 1870 com o início da clínica de Pantaleão³.

Considerações finais

A partir de uma breve teorização sobre a Nova História Cultural, percebeu-se ao longo deste artigo o quanto os sociólogos influenciaram nos principais conceitos abordados por esta nova corrente historiográfica.

³ Rossi (2015), em sua dissertação de mestrado, aprofundou mais esta temática, sobretudo no terceiro capítulo. Justificou, através da análise de redes sociais, os motivos que levaram a um processo de constituição da medicina em Santa Maria/RS a partir da figura de Pantaleão José Pinto. Sob a justificativa das estratégias familiares, compreendeu que ser médico no final do século XIX fazia parte de um conjunto de possibilidades de ascensão e reconhecimento no local. Entendeu, que a partir de Pantaleão, passou-se a adotar ‘nova’ esta postura. Entretanto, reconheceu que não era apenas o diploma em medicina que lhes garantiam prestígio e a preferência da população, mas sim um processo maior de construção do “capital social”, do qual fazia parte a origem familiar e os laços de sociabilidade que lhes conferiam um *status* diferenciado na cidade.



Haveriam inúmeros outros filósofos, sociólogos e historiadores a citar, porém para este trabalho optou-se por analisar, mesmo que de forma breve, apenas Michel Foucault, Norbert Elias e Pierre Bourdieu. Foucault devido a sua influência, a partir de 1960, em uma nova abordagem da História da Medicina; Elias por ditar as bases do que décadas depois os historiadores culturais iriam se apropriar - o estudo das civilizações e suas particularidades; e, por fim, Bourdieu que através de sua teoria da prática obteve grande influência nos conceitos apropriados pela História Cultural, como prática e representação.

Isto posto, utilizou-se como exemplo de abordagem desse campo da história, a História da Saúde e a forma com que pode ser abordada a partir teóricos. Percebeu-se uma inúmera gama de estudos que podem ser feitos, porém para este artigo optou-se por exemplos que de alguma maneira contribuíram para a pesquisa da dissertação de mestrado. Ratifica-se o quanto foi sucinta a abordagem aqui elaborada, entretanto, pensa-se que poderá servir base para próximos estudos mais aprofundados sobre estas temáticas.

Referências Bibliográficas

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Razões e práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papius, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **À beira da falésia:** a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFGRS, 2002.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador.** Volume 1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.



FOUCAULT, Michel. **O nascimento da medicina social**. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 2004.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MACHADO, Roberto. **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MELLO, Felipe Correa de. **Alguns apontamentos sobre o conceito de campo e espaço social de Pierre Bourdieu**. <http://pt.slideshare.net/FelipeMello1/alguns-apontamentos-sobreoconceitodecamposespaosocialdebourdieu> acesso em 05/03/2015. 2012.

ROSEN, George. **Da Polícia Médica à Medicina Social**: ensaios sobre a História da assistência médica. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da Saúde Pública**. São Paulo: HUCITEC/ UNESP, ABRASCO, (1958) 1994.

ROSSI, Daiane Silveira. **Ações de saúde pública em Santa Maria/RS na segunda metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado em História. Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889/1928. Santa Maria: Ed. UFSM; Bauru: EDUSC – Editora da Universidade Sagrado Coração, 1999.

WITTER, Nikelen Acosta. **Dizem que foi feitiço**: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 a 1880). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.